



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Mapeamento das pesquisas em ensino da história e cultura afro-brasileira na educação profissional e tecnológica

Mapping of research on teaching afro-brazilian history and culture in professional and technological education

Rosita Camilo de Souza¹

orcid.org/0000-0001-7074-2833

rosita.souza@ifg.edu.br

Rhanya Rafaella

Rodrigues²

orcid.org/0000-0002-3508-254X

rhanya.rodrigues@ifgoiano.edu.br

Mirelle Amaral de São

Bernardo²

orcid.org/0000-0003-3537-7273

mirele.bernardo@ifgoiano.edu.br

Recebido em: 16 set. 2024.

Aprovado em: 27 out. 2025.

Publicado em: 16 dez. 2025.

Resumo: Este artigo foi desenvolvido com parte de uma pesquisa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). O objeto de estudo aborda a aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003 e a educação antirracista na Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo deste artigo foi realizar um levantamento da produção científica sobre o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Profissional e Tecnológica. Utilizou-se o método bibliométrico. Foram selecionadas teses e dissertações na base de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); para a seleção dos textos, foram inseridos os seguintes descritores: a) "educação antirracista", b) "Instituto Federal", c) "educação profissional e Lei n. 10.639/2003". Além disso, delimitou-se o período temporal entre 2008 a 2021. Após a leitura dos resumos, selecionamos dez dissertações ou teses que corresponderam aos critérios de busca previamente estabelecidos. As pesquisas apontaram para a necessidade de efetividade das políticas antirracistas nas disciplinas obrigatórias, de forma a garantir uma abordagem detalhada e contextualizada da história, cultura e identidade afro-brasileira. O método mais utilizado na maioria das pesquisas foi a abordagem qualitativa. Este estudo pode contribuir com outros pesquisadores e interessados sobre a evolução das pesquisas sobre o tema e possibilitar o reconhecimento de possíveis lacunas na área.

Palavras-chave: História e Cultura Afro-Brasileira; Lei n. 10.639/2003; Racismo; Educação Profissional e Tecnológica; Levantamento Bibliográfico.

Abstract: This article was developed as part of a master's research in Professional and Technological Education (PROFEPT). The object of study addresses the applicability of Law No 10.639/2003 and anti-racist education in Professional and Technological Education. The aim of this article was to conduct a survey of scientific production on the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture in Professional and Technological Education. A bibliometric method was employed. Theses and dissertations were selected from the database Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), and the following descriptors were used for text selection: a) "anti-racist education", b) "Federal Institute", c) "professional education and Law No 10.639/2003". Additionally, the temporal period was delimited from 2008 to 2021. After reading the abstracts, 10 dissertations or theses that met the pre-established search criteria were selected. The research pointed to the need for effectiveness of anti-racist policies in mandatory subjects, in order to ensure a detailed and contextualized approach to Afro-Brazilian history, culture, and identity. The most commonly used method in the majority of the research was the qualitative approach. This study can contribute to other researchers and individuals interested in the evolution of research on the topic and enable the recognition of possible gaps in the field.

Keywords: Afro-Brazilian History and Culture; Law No 10.639/2003; Racism; Professional and Technological Education; Bibliographic Survey.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Uruaçu, GO, Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Ceres, GO, Brasil.

INTRODUÇÃO

A educação no contexto brasileiro passa por desafios para a formação de cidadãos. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que é uma modalidade de ensino que tem o trabalho como princípio educativo, ainda permanece o desafio de garantir às classes menos favorecidas o acesso à educação intelectual, uma vez que a formação tende a focar apenas na preparação para o mundo do trabalho. Nessa perspectiva, devemos pensar em um Ensino Médio Integrado (EMI), o qual visa integrar ensino propedêutico à educação técnica, voltado para a formação integrada dos sujeitos, que os leve a refletir sobre vários aspectos políticos, econômicos e sociais (Araújo; Frigotto, 2015).

Sob esse viés, a formação integrada pressupõe a superação da dicotomia histórica da divisão do trabalho, em que há uma formação para o trabalhador que executa e outra para quem dirige ou planeja. Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), é preciso pensar em uma formação integrada voltada para a formação humana e, como medida de emancipação, que prepare sujeitos autônomos, críticos e capazes de exercer a cidadania. Nesse contexto, considera-se fundamental que os estudantes também respeitem os direitos humanos, a partir de uma postura que seja feminista, antirracista, anti-homofóbica e anticapacista.

Especificamente no que concerne à formação antirracista, destaca-se que a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) é uma ação afirmativa que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira na Educação Básica. A promulgação dessa lei é resultado dos movimentos negros da década de 1990, quando as noções de cultura, as relações étnico-raciais e a diversidade cultural começaram a se fazer presentes nas normas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Diferentes autores consideram que a lei foi um importante avanço no enfrentamento ao racismo na sociedade, uma vez que, no Brasil, o racismo tem produzido desigualdades e marginalização da população preta.

Na perspectiva de uma educação que prepare cidadãos críticos, o ensino das relações

étnico-raciais deve trazer à tona o protagonismo dos povos negros, o que exige um rompimento com a educação reprodutiva, que simplesmente reproduz informações e conhecimentos existentes, sem uma abordagem crítica ou reflexiva dos conteúdos. Constatada a importância da educação no combate ao racismo, em específico na Educação Profissional, em que se prima por uma formação dos indivíduos por inteiro, e não somente para ofício de uma profissão, acreditamos que este estudo possa contribuir para pesquisadores e interessados em conhecer a evolução das pesquisas sobre este tema, no âmbito dos Institutos Federais.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Diante dos princípios para formação integral e humana, entendemos a relevância do diálogo com outros pesquisadores que já refletiram sobre os desafios do ensino das relações étnico-raciais na educação profissional, uma vez que nos possibilita conhecer a evolução das pesquisas sobre a implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), bem como seus desafios e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes. Em vista do exposto, realizamos um levantamento bibliográfico na base de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) por ser plataforma de busca única de acesso e de alta confiabilidade. Para a realização deste levantamento, buscamos produções que focassem a Educação Profissional e Tecnológica ofertada pelos Institutos Federais, na perspectiva de uma formação integral, humana e crítica ofertada aos estudantes. Para isso, foram realizadas buscas por teses e dissertações publicadas desde 2008, ano de criação dos IFs, até o ano de 2021. Foram utilizados os seguintes descritores, que delimitaram as buscas de pesquisa voltadas para a formação dos estudantes do Ensino Médio Integrado (EMI) no contexto dos Institutos Federais: a) "educação antirracista", b) "Instituto Federal", c) "educação profissional e Lei n. 10.639/2003".

Como critérios de inclusão, consideramos as pesquisas direcionadas para a formação de estudantes no contexto dos Institutos Federais,

com base na Lei n. 10.639 (Brasil, 2003). Como critérios de exclusão, não foram utilizadas as publicações sobre educação antirracista em outros contextos educacionais; também não foram incluídos os estudos que, mesmo tendo como lócus os IFs, tiveram como objeto de pesquisa a implementação da lei, na perspectiva da formação de professores.

Os textos foram organizados e sintetizados por ordem cronológica, para termos um panorama da evolução da implementação da Lei n.

10.693/2003 nos Institutos Federais. Na análise dos dados levantados, agrupamos os textos na seguinte ordem: metodologia utilizada, principais teorias utilizadas, principais autores citados e principais resultados, enfatizando as consonâncias entre as pesquisas. Desse modo, após o levantamento de dados, chegamos ao quantitativo de oito dissertações e duas teses, totalizando dez trabalhos, que foram publicados entre os anos 2009 e 2020, conforme sintetiza o Quadro 1.

QUADRO 1 – Trabalhos selecionados

Ano	Título	Autor(a)	Instituição	Tipo
2009	<i>Ações Afirmativas para a População Negra nos Centros Federais de Educação Tecnológica</i>	Iraneide Soares da Silva	UFC	Dissertação
2010	<i>Identidades negras em narrativas: Culturas e Trajetórias Híbridas nas Vozes de Estudantes Negros/as Secundaristas do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Januária</i>	Ricardo Tadeu Barbosa	IFRN	Dissertação
2011	<i>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e seu trabalho nas questões étnico-raciais no âmbito da Lei n. 10.639/2003</i>	Luciana Aparecida Novais	IFRO	Dissertação
2012	<i>Preconceitos Étnico-Raciais Apresentados por Alunos dos Cursos Integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Perspectivas de Mudanças</i>	Maria Heloisa de Melo Cardoso	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Dissertação
2013	<i>Desafios para a Abordagem Etnorracial no Ambiente Escolar</i>	Maria Lícia dos Santos	IF Goiano	Tese
2015	<i>A Implementação da Lei n. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</i>	Laura Fernanda Rodrigues da Rocha	UFMG – Ouro Preto	Dissertação
2019	<i>O "Combo" da Trajetória da Formação Escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju</i>	Raquel de Oliveira Mendes	IFSE	Dissertação
2019	<i>O Discurso Étnico-Racial de Estudantes do Ensino Médio nas Aulas de Língua Portuguesa no Contexto Tecnológico Federal</i>	Remigo Pires de Novaes	UFBA	Dissertação
2020	<i>A Implementação da Lei n. 10.639/2003 nos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Florianópolis (2004-2018): Perspectivas Docentes Sobre o Racismo Institucional</i>	S h y r l e n e Bezerra dos Santos	UFSC	Dissertação
2020	<i>Privilégio Branco e a (Im)possibilidade de Implementação de Políticas Antirracistas: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso</i>	Maria Auxiliadora de Almeida Arruda	IFMT	Tese

Fonte: Elaboração própria (2023).

Como observado no Quadro 1, no ano de 2008 não houve nenhum trabalho publicado sobre o tema, o que pode ser explicado pelo fato de que a criação dos Institutos Federais ocorreu no final de dezembro do referido ano, o que pode ter impactado na realização de pesquisas com foco nesse contexto específico.

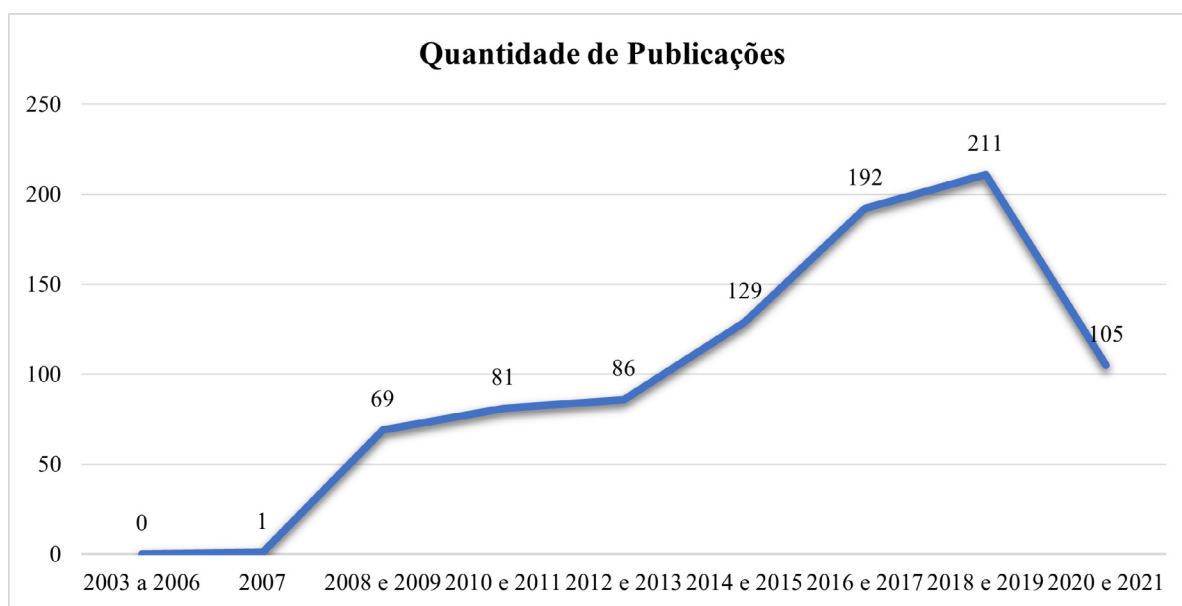
MAPEAMENTO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS DO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Foram encontradas 873 pesquisas publicadas na BDTD, ao longo de 18 anos, sobre a obrigatoriedade da temática étnico-racial na Educação

Básica, dos quais 651 são dissertações e 222 são teses. A partir dos trabalhos analisados, foi possível evidenciar que os estudos apontam para uma educação antirracista como proposta necessária no currículo, tanto na formação de professores, quanto na formação discente. Pesquisadores entendem a aplicabilidade da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) como uma política de ação afirmativa, alcançada por lutas históricas do movimento negro, visando a uma educação antirracista.

No Gráfico 1, é possível verificar a quantidade de publicações a cada dois anos, a partir do ano de 2008.

Gráfico 1 – Evolução do número de trabalhos publicados na base BDTD



Fonte: Elaboração própria (2023).

Conforme ilustra o Gráfico 1, nota-se que não houve publicação entre os anos 2003 – ano de promulgação da lei – e 2006. No ano de 2007, houve apenas uma publicação relacionada à implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), o que indica que a primeira pesquisa de pós-graduação realizada na área foi publicada quatro anos após a promulgação da referida lei. Por outro lado, houve um aumento exponencial entre 2008 e 2009 (N=69 publicações) que se manteve em linha de crescimento até o biênio 2018-2019. Nos

dois últimos anos analisados, percebe-se uma diminuição de mais de 50% da quantidade de publicações no período anterior (2018-2019=211 e 2020-2021=105). Esses indicadores podem ser explicados por diminuição no investimento em ciência e tecnologia e por desmotivação no que diz respeito às políticas afirmativas em geral, bem como pelo período pandêmico (COVID-19), em que houve uma diminuição da produção científica em geral.

É importante destacar que a produção de

pesquisas é essencial para o avanço da ciência e da tecnologia no país. Nesse sentido, os dados apresentados pelo Gráfico 1 demonstram que há um forte investimento das universidades federais nesse campo, o que pode gerar impactos significativos no desenvolvimento da sociedade. Porém, é necessário também fomentar a diversidade de temas nas pesquisas realizadas pelas instituições de ensino, especialmente nos Institutos Federais, para garantir um amplo espectro de descobertas e avanços científicos no país.

SOBRE OS TEXTOS SELECIONADOS

O primeiro trabalho selecionado foi a dissertação de Silva (2009), que teve como fio condutor de seu estudo as políticas de ações afirmativas para a população negra na educação profissional tecnológica. A pesquisa adotou como metodologia o estudo de caso, que foi desenvolvido no Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, com o objetivo de identificar a implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) nos currículos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, bem como verificar o impacto das políticas de ações afirmativas na instituição. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o questionário, a análise documental e as entrevistas com professores, gestores e alunos.

Os resultados evidenciaram que as metas para implementação de políticas públicas para afrodescendentes pareciam sempre muito distantes da realidade, ainda que, no momento de realização do estudo, já tivessem transcorrido seis anos da promulgação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003). A pesquisadora não identificou uma ampla implementação da referida lei no local em que a investigação foi conduzida, além de não ter observado ações concretas de implementação de políticas de ações afirmativas na instituição. A análise também apontou que a educação antirracista, por meio da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), ainda precisava ser fomentada no contexto em que a pesquisa foi desenvolvida (Silva, 2009). É importante ressaltar que essa pesquisa se iniciou em 2007 e os resultados foram divulgados em 2009, de modo que era recente à promulgação

da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003).

O segundo texto é a dissertação intitulada *Identidades Negras em Narrativas: Culturas e Trajetórias Híbridas nas Vozes de Estudantes Negros/as Secundaristas do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Januária*, de Ricardo Tadeu Barbosa (2010). O autor partiu do pressuposto de que, numa educação voltada para a diversidade e para a convivência entre as diferenças, está contemplado o aspecto formador da educação. O estudo objetivou reconhecer que o problema racial é uma realidade na sociedade brasileira e carece da promoção de reflexões sobre o racismo no cotidiano escolar.

Observamos que a pesquisa não envolveu, basicamente, a discussão sobre os caminhos para implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003). Quanto a isso, o autor explicou que optou por investigar os temas relacionados às ações afirmativas a partir de narrativas dos alunos negros, em uma perspectiva de possibilitar a esses alunos contarem as suas próprias histórias – as memórias familiares, o cotidiano e as origens dos sujeitos pesquisados –, os quais narraram vivências que evidenciaram o lugar de fala e de classe dos estudantes que integram famílias de baixa renda.

A pesquisa de Barbosa (2010) apontou para a necessidade de uma educação notadamente multirracial, com possibilidades de diálogo nas diferenças e no combate ao racismo. Na perspectiva do pesquisador, sem essa construção, a instituição escolar deixaria de se constituir num espaço privilegiado para debater a existência dos preconceitos raciais em nosso país e, também, de proporcionar o desenvolvimento de ações de empoderamento e representatividade para os alunos pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

O terceiro estudo analisado foi a dissertação da pesquisadora Luciane Aparecida Novaes (2011), intitulada *O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) – Campus Colorado do Oeste e seu Trabalho nas Questões Étnico-Raciais no Âmbito da Lei n. 10.639/2003*. O objetivo da pesquisa foi conhecer, por meio

da análise do currículo e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), como a instituição trabalhou até aquele momento (2011) com as questões étnico-raciais a partir da implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003). Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, em que se utilizou a coleta de dados como os materiais estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e questionários semiestruturados, a fim de investigar como o *campus* Colorado do Oeste do IFRO tem trabalhado as questões étnico-raciais a partir da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003).

Os resultados da pesquisa apontaram que nem todas as disciplinas trabalhavam a temática africanista, nem mesmo aquelas que são obrigadas por lei. Outro ponto crítico é que nem todos os professores pesquisados conheciam o texto da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), o que, provavelmente, seja explicado pelo fato de que muitos desses professores se graduaram antes da promulgação da lei. A partir dessa análise, a autora revelou a necessidade de investimentos na capacitação dos docentes em História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. No que concerne à percepção dos estudantes, a pesquisa permitiu afirmar que os alunos têm consciência sobre situações de racismo velado dirigido aos estudantes afrodescendentes no ambiente escolar. Por outro lado, foi verificado que havia poucas ações efetivas de alunos e de professores com vistas a diminuir as atitudes racistas na instituição. O estudo demonstrou também, pela análise de documentos oficiais vigentes naquele momento, a inexistência de ação efetiva para o acesso e a permanência de alunos negros.

A quarta pesquisa selecionada foi a dissertação intitulada *Preconceitos étnico-raciais apresentados por alunos dos cursos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: perspectivas de mudanças*, da pesquisadora Maria Heloisa de Melo Cardoso (2012). A pesquisadora investigou atitudes preconceituosas e analisou a dimensão e a complexidade do problema, no

contexto do Ensino Médio Integrado, do Instituto Federal de Sergipe – *Campus* Aracaju. A pesquisa teve abordagem qualitativa e o questionário foi a principal técnica de coleta de dados.

Na análise e revisão dos dados obtidos em sua pesquisa, foram percebidas fragilidades das relações étnico-raciais, devido aos componentes do preconceito e da discriminação presentes entre os sujeitos do grupo estudado, por seus apelidos jocosos e por codinomes pejorativos que se configuram atitudes discriminatórias. A respeito da ideia de pertencimento e de identidade, os pesquisados não se admitem negros, mesmo aqueles que têm pele mais escura. A maioria se considera parda, o que pode ser caracterizado como um comportamento adquirido a partir de uma educação eurocêntrica (Cardoso, 2012).

O quinto texto analisado foi a tese de Maria Lícia dos Santos (2013), intitulada *Desafios para a Abordagem Etnorracial no Ambiente Escolar*. A pesquisadora investigou os desafios para a implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) na Rede Federal Profissional e Tecnológica, em específico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano – *Campus* Ceres). O objetivo geral da pesquisa foi investigar os desafios para a implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003, Anexo 1), no contexto da rede federal profissional e tecnológica, no IF Goiano – *Campus* Ceres por meio de uma pesquisa qualitativa.

O estudo concluiu que a promoção da educação etnorracial se efetivará quando for explicitado e desmistificado o racismo presente no seu contexto e quando os sujeitos, comprometidos com a questão, passarem a construir ações de correlação entre pertencimento etnorracial e as políticas educativas na instituição analisada. Contudo, para que isso se realize, a pesquisadora defendeu que deve haver uma firme determinação dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do IF Goiano – *Campus* Ceres, para que a diversidade etnorracial integre o ideário educacional desse Instituto, não como um problema, mas como um rico acervo de valores, posturas e práticas que devem conduzir ao melhor acolhimento e à maior valorização

da diversidade neste ambiente escolar tão rico de oportunidades para o crescimento humano (Santos, M. A., 2013).

Na sequência, foi analisada a dissertação que se intitulou *A Implementação da Lei n. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, defendida por Laura Fernanda Rodrigues da Rocha, no ano de 2015. O estudo objetivou a análise da institucionalização da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A autora realizou uma pesquisa de campo, por meio do levantamento dos ofícios de respostas das Instituições e pela análise dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI), obtidos na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR). Em seus apontamentos teóricos sobre a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) e sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Rocha (2015) ressaltou a lei como resultado das reivindicações históricas do movimento negro.

No que se refere aos relatórios analisados, a pesquisadora observou que as instituições abordaram a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) com ambiguidade, tendo em vista que não foi possível perceber a presença de um trabalho das Instituições de EPT que fosse efetivamente pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana.

Quanto aos documentos de PDI analisados, a pesquisadora destacou que, pelo menos três deles, sequer mencionam a questão étnico-racial. Em análise, concluiu que tal temática tem destaque em poucos Institutos Federais e que apenas alguns documentos encaminhados, em resposta ao ofício da SEPPIR/PR, fazem referência ao instituído pela Lei n. 10.639 (Brasil, 2003).

Na conclusão de sua dissertação, Rocha (2015) apresentou, também, os aspectos positivos, como o caso do Instituto Federal do Pará (IFPA), que, tanto em seu PDI, quanto nas produções bibliográficas, apresenta frutos de processos formativos ofertados pelo IFPA sobre a temática. Outro ponto positivo observado foi o crescente número de

Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), embora não tenha trazido dados diretamente ligados a esses núcleos.

O pesquisador Remigio Pires de Novaes defendeu, em 2019, a sua dissertação intitulada *O Discurso Étnico-Racial de Estudantes do Ensino Médio nas Aulas de Língua Portuguesa no Contexto Tecnológico Federal*. O estudo examinou as perspectivas étnico-raciais manifestadas por estudantes do Ensino Médio na rede federal, com o objetivo de compreender como se estruturavam as práticas discursivas nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Chamou-nos a atenção, em seu texto, o fato de que ele buscou trazer alguns entendimentos sobre a educação profissional, ressaltando o aspecto humanístico dessa formação. Novaes (2019) se posicionou no texto ao defender que as questões raciais nas aulas de Língua Portuguesa devem ir além de discutir a história do negro e da discriminação racial, mas também construir sujeitos críticos e capazes de entenderem e atuarem diante de demandas sociais. O pesquisador ressaltou a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira pela Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), como o atendimento ao princípio de educação de qualidade social, com vistas a promover uma formação humana a partir das práticas sociais dos estudantes.

Os resultados de sua pesquisa evidenciaram que os estudantes do IFBA deveriam assumir a identidade negra e precisavam romper com o discurso de exclusão racial. Nas produções discursivas desses estudantes, foi possível perceber um discurso de pertencimento, de reconhecimento de seu valor cultural e fenótipos, embora alguns ainda demonstraram dificuldades de se assumirem como negros, e muitos estudantes pardos tenderam a se aproximar mais da branquitude, do que a identidade negra. Novaes (2019) entendeu que isso é resultado, principalmente, do privilégio que a cultura branca detém nas relações de poder.

Outro ponto relevante dos resultados de sua pesquisa foi que as discussões das temáticas

étnico-raciais nas aulas de Português do IFBA ainda ficavam restritas aos professores negros, evidenciando uma realidade que negligenciava os problemas sociais com impacto racial. Por fim, na análise realizada por Novaes (2019), foi defendida a importância das aulas de Português para formação crítica dos estudantes e para valorização da cultura negra em sala de aula.

A dissertação defendida por Raquel de Oliveira Mendes (2019), intitulada *O combo da trajetória da formação escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no Ensino Médio Integrado do Campus Aracaju*, teve como principal objetivo analisar o processo de acesso, de permanência e de êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado da instituição investigada. Por meio de uma pesquisa de natureza aplicada e de inovação tecnológica, a pesquisadora coletou dados por meio de entrevistas narrativas dos estudantes cotistas dos cursos do EMI e de alguns participantes de um curso de graduação. Na análise documental, a pesquisa observou que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) sequer mencionava algo diretamente relacionado à questão étnico-racial, além disso, ressaltou que o enfrentamento das desigualdades socioeducacionais, por parte do Instituto, demandava a centralidade das questões étnico-raciais.

Encontramos a relação dessa pesquisa com a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) quando Mendes (2019) se propôs a realizar uma análise curricular dos cursos de EMI do *campus* Aracaju, o que evidenciou o papel político da escola na contribuição para as reflexões dos valores para a formação integral do estudante, o que inclui uma postura antirracista. A pesquisadora também analisou como são tratadas as questões relacionadas ao tema étnico-racial em sala de aula, em especial nas disciplinas de Geografia, História e Sociologia.

A análise revelou que os estudantes participantes afirmaram que só vieram a conhecer e a entender o debate das cotas após ingressarem no Instituto Federal. Além disso, também foi relatado que o primeiro contato que tiveram sobre a temática se deu quando foram fazer inscrição no

processo seletivo e se depararam com as opções de marcar suas identidades étnico-raciais e sociais. Após os primeiros dois anos matriculados no IFS, Mendes (2019) percebeu que os estudantes passaram por uma trajetória de amadurecimento sobre o tema, que pode ter sido motivado pela apropriação da temática.

Nessa mesma linha, Maria Auxiliadora de Almeida Arruda (2020) realizou uma pesquisa cujo propósito foi compreender o processo de reserva de vagas para o nível do Ensino Médio Integrado, no período de 2008 a 2018, no Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Para sua pesquisa, Arruda (2020) debruçou-se nos documentos institucionais e legais sobre as reservas de vagas, em especial para pessoas pretas, propondo-se a pensar a branquitude no contexto da política de reserva de vagas do referido *campus*.

Para atender ao objetivo da pesquisa, Arruda (2020) utilizou uma abordagem qualitativa, por meio de análise documental dos regulamentos, instruções normativas e projetos de extensão, bem como editais dos processos seletivos para ingresso no EMI, executados pelo IFMT, no período de 2009 a 2018. A autora verificou que, embora o IFMT tenha cumprido as determinações legais das reservas de vagas, aparentemente, as ações afirmativas atuavam mais como correção de desigualdades econômicas do que raciais. Segundo Arruda (2020), essa percepção pareceu se reafirmar em uma inconsistência entre o edital e o formulário a ser preenchido pelo candidato, uma vez que o uso da categoria "outras etnias" poderia mascarar as reais demandas de inclusão étnico-racial.

A última dissertação analisada foi escrita por Shyrlene Bezerra dos Santos (2020) e se intitulou *A implementação da Lei n. 10.639/2003 nos cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Florianópolis (2004-2018): perspectivas docentes sobre o racismo institucional*. A autora analisou os Projetos Pedagógicos e os planos de ensino dos cursos técnicos integrados, ofertados pelo IFSC, em específico sobre o recorte das disciplinas de Artes, História, Literatura Portuguesa e Sociologia. Além

da pesquisa documental, e por entender que o estudo sobre as relações étnico-raciais se insere em um paradigma qualitativo e multidisciplinar, a pesquisadora realizou o estudo pelo grupo focal como instrumento de pesquisa, formado por professores da disciplina de Artes, História, Língua Portuguesa e Sociologia, com o objetivo de dialogar com diversas áreas do conhecimento.

Na consulta aos documentos oficiais da instituição pesquisada, constatou-se que o IFSC considerava relevante a discussão dos conteúdos referentes ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e tinha a preocupação em atender aos dispostos legais da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) e suas diretrizes. Nos dados coletados por meio do grupo focal, foi evidenciada a lacuna na formação inicial dos professores brasileiros, em relação aos conteúdos étnico-raciais. Alguns relataram ter encontrado algo relacionado ao tema somente na formação em nível de mestrado e doutorado, que são formações que ainda não são acessíveis a todos os professores brasileiros. Os relatos apresentados pelos docentes vão ao encontro do que propôs Gomes (2004) no que se refere ao papel secundário que a temática étnico-racial parece ocupar nos currículos de graduação, em diversas áreas de conhecimento.

Shyrlene Bezerra dos Santos (2020) observou que alguns participantes do grupo focal avaliaram que as práticas pedagógicas realizadas no IFSC sobre a temática étnico-racial são satisfatórias, se comparadas a outras instituições de ensino, especialmente por se tratar de uma escola que prioriza o ensino técnico profissional.

A respeito dos materiais didáticos e dos currículos, os relatos dos docentes sinalizaram que o IFSC tem desenvolvido ações para atender aos dispositivos da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), confirmados pelo que está expresso nos documentos consultados. Todavia, o material didático ainda é um obstáculo para as práticas educativas, visto que dependia de um processo individual de busca por materiais, quando deveria ser um processo coletivo. Tal situação evidenciou a importância de se construir grupos de trabalhos para discutir medidas para implementação efetiva da lei em

todos os âmbitos.

Verificamos que os estudos analisados divergem no que se referem: à falta de abordagem sistêmica da educação antirracista, ao desconhecimento e à falta de sensibilidade docente, à necessidade de formação docente e à falta de institucionalização das políticas.

A análise das diferentes pesquisas revela uma convergência notável no que diz respeito à institucionalização das políticas antirracistas nas instituições de ensino. Nesse sentido, Silva (2009), Novais (2011), Maria Lícia dos Santos (2013), Rocha (2015) e Shyrlene Bezerra dos Santos (2020) apontam para a necessidade de um compromisso mais sólido das instituições com a implementação efetiva da legislação cumprida para a educação antirracista. Esses estudos identificaram lacunas nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), que apontaram que a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nem sempre é abordada em sala de aula.

As pesquisas também estiveram em consonância ao apontar que, apesar dos esforços pontuais, a institucionalização das políticas antirracistas ainda parece ser um desafio em muitas instituições. A falta de sensibilidade e o conhecimento por parte de alguns professores, a ausência de disciplinas que abordam a temática afro-brasileira e africana, bem como a falta de capacitação docente específica, ocorreram para essa situação. Nesse sentido, a convergência entre as pesquisas ressalta a importância de um comprometimento mais robusto por parte das instituições de ensino, incluindo a revisão e o aprimoramento de seus PDI, uma oferta de formação docente direcionada e a promoção de uma cultura institucional que valorize a diversidade étnica, cultural, com vistas a promover a educação antirracista.

As pesquisas de Silva (2009), Novais (2011), Maria Lícia dos Santos (2013), Rocha (2015), Novaes (2019) e Arruda (2020) estão em conformidade ao apontar as dificuldades na implementação da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), que estabelece a obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas. Esses estudos provam que a falta de conhecimento e a

sensibilidade docente em relação às normativas e às diretrizes dessa lei são um desafio comum. Muitos professores demonstram desconhecimento sobre a legislação e não se sentem confortáveis ou capacitados para abordar questões étnico-raciais em sala de aula.

Além disso, as pesquisas apontaram para a resistência e a falta de percepção da importância das políticas antirracistas por parte de alguns profissionais. A ausência de cursos de habilitação específicos para tratar das questões étnico-raciais e a falta de familiaridade com os conteúdos das DCNs para o tratamento das questões etnoraciais também foram obstáculos frequentemente identificados. As referidas pesquisas enfatizaram que superar essas barreiras requer um investimento significativo em formação docente, em sensibilização institucional e em conscientização sobre a importância de promover uma educação antirracista como forma de combater o preconceito e de evidenciar o racismo nas escolas.

As pesquisas de Silva (2009), Barbosa (2010), Novais (2011), Maria Lícia dos Santos (2013), Rocha (2015), Novaes (2019) e Arruda (2020) convergiram ao abordar a necessidade crucial de uma formação docente adequada para lidar com as questões étnico-raciais. Esses estudos evidenciaram que muitos professores não possuem a capacitação necessária para abordar, de maneira eficaz e sensível, as temáticas relacionadas à diversidade étnico-racial em sala de aula.

A falta de conhecimento sobre a legislação vigente, como a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), que prevê o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, e a ausência de preparação específica para lidar com tais temas apareceram, de forma recorrente, nos estudos analisados. A necessidade de incluir conteúdos que abordam a história e a cultura afro-brasileira e africana nos cursos de formação inicial e continuada dos professores também foi uma preocupação destacada nessas pesquisas.

As pesquisas de Barbosa (2010), Maria Lícia dos Santos (2013), Rocha (2015) e Novaes (2019) apontaram a importância da interdisciplinaridade na abordagem da educação antirracista, defen-

dendo-se a necessidade de que a educação étnico-racial não seja restrita a disciplinas específicas, mas, sim, permeie todo o currículo e as práticas pedagógicas de maneira transversal. Essas pesquisas ressaltam que a interdisciplinaridade permite uma abordagem mais completa e contextualizada da história, da cultura e da identidade afro-brasileira, visto que possibilita a conexão entre diferentes áreas do conhecimento para uma compreensão mais ampla das questões antirracistas, promovendo um diálogo enriquecedor entre os saberes e evitando abordagens fragmentadas.

Sob essa perspectiva, Novais (2011) destacou que algumas disciplinas, mesmo aquelas obrigadas por lei, não trabalham de maneira satisfatória a temática africana e afro-brasileira. Marília Lícia dos Santos (2013) apontou que alguns professores demonstraram desconhecimento das normativas da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o que resulta em práticas pedagógicas que não contemplam a diversidade étnico-racial. Arruda (2020) também identificou que a política de reserva de vagas em instituições como o IFMT não abordava a questão racial de maneira eficaz, mantendo privilégios para o grupo branco e operando sob conceitos que mascaravam a realidade das desigualdades raciais. Em conjunto, essas pesquisas evidenciaram a necessidade de uma revisão das abordagens curriculares e uma maior atenção à implementação das políticas antirracistas de forma mais efetiva nas disciplinas obrigatórias, com vistas a garantir que a história, a cultura e a identidade afro-brasileira sejam abordadas de maneira adequada e contextualizada.

As pesquisas analisadas neste artigo refletiram um panorama abrangente e consistente sobre a educação antirracista no contexto das instituições federais de ensino. As lacunas na abordagem adequada da temática, a falta de formação docente específica, a resistência à implementação das políticas, a ausência de ações coletivas e interdisciplinares, bem como os desafios na in-

serção da história e da cultura afro-brasileira nas disciplinas obrigatórias, todos esses aspectos apontaram para a ampliação e a efetivação de ações consistentes para a implementação efetiva da Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), no contexto da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses resultados corroboram a importância de uma educação que promova efetivamente a igualdade racial, o respeito à diversidade cultural e a desconstrução das barreiras discriminatórias, exigindo esforços conjuntos de educadores e de gestores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo possibilitou observar que as pesquisas sobre as relações étnico-raciais têm trazido importantes reflexões sobre o papel da educação na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, é interessante observar que os temas mais enfatizados nas pesquisas são a necessidade de formação adequada do professor, as práticas pedagógicas e a identidade negra. Essa ênfase na formação docente demonstra a importância de investir na capacitação dos professores, não apenas na formação inicial, mas também em cursos de formação continuada.

Além disso, é importante destacar que a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003), que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, é um importante instrumento para combater o racismo e o preconceito em sala de aula. A partir dessa lei, é possível promover debates e práticas educativas que valorizem a diversidade étnico-racial e que contribuam para a construção de uma educação emancipatória e mais inclusiva.

Contudo, embora a Lei n. 10.639 (Brasil, 2003) estabeleça a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, observa-se que ainda existe uma carência de pesquisas que analisem a forma como esse conteúdo é trabalhado na Educação Profissional e Tecnológica. É fundamental que a formação integrada e humana esteja presente nas pesquisas sobre o tema, uma vez que esses são os pilares da EPT e são essenciais para a

construção de uma educação emancipatória. Além disso, é importante ressaltar que a maioria das pesquisas encontradas no estado do conhecimento apresentou dificuldades para a implementação da Lei, mas é preciso ir além e explorar de que forma as relações étnico-raciais estão presentes na prática pedagógica dos docentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É necessário que sejam investigadas as experiências vivenciadas pelos estudantes e como o conteúdo é abordado nas disciplinas e nos cursos da área.

Nesse sentido, é fundamental que sejam incentivadas e financiadas mais pesquisas que abordem as relações étnico-raciais na EPT, a fim de preencher essa lacuna existente e contribuir para uma formação mais crítica e inclusiva dos estudantes da rede federal. É preciso dar voz às vozes silenciadas e lutar por uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563959987004>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- ARRUDA, Maria Auxiliadora de Almeida. Privilégio Branco e a (Im)Possibilidade de Implementação de Políticas Antirracistas: O Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/server/api/core/bitstreams/53af90fd-24e0-4c1c-8812-c714fd4f63a9/content>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- BARBOSA, Ricardo Tadeu. Identidades negras em narrativas: culturas e trajetórias híbridas nas vozes de estudantes negros/as secundaristas do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Januária. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/12333/3/2010%20-%20Ricardo%20Tadeu%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 29 nov. 2025.

CARDOSO, Maria Heloisa de Melo. Preconceitos étnico-raciais apresentados por alunos dos cursos integrados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: perspectivas de mudanças. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia Instituto de Educação, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://research.ulusofona.pt/pt/studentTheses/preconceitos-étnico-raciais-apresentados-por-alunos-dos-cursos-in-5>. Acesso em: 29 nov. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fwBN-t6pKWJKTdYrCkxHjPdQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Afirmando direito: acesso e permanência de jovens negros na universidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENDES, Raquel de Oliveira. O "combo" da trajetória da formação escolar no IFs: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no ensino médio integrado do campus Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7766579. Acesso em: 29 nov. 2025.

NOVAES, Remígio Pires de. O discurso étnico-racial de estudantes do ensino médio nas aulas de Língua Portuguesa no contexto tecnológico federal. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31531>. Acesso em: 29 nov. 2025.

NOVAIS, Luciane Aparecida. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia e seu trabalho nas questões étnico-raciais no âmbito da Lei 10.639/03. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/12151/2/2011%20-%20Luciane%20Aparecida%20Novais.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues da. A implementação da Lei nº. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/237fb192-68bb-4656-8440-b77da720247b>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SANTOS, Maria Lícia dos. Desafios para abordagem etnorracial no ambiente escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/689/1/MARIA%20LICIA%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SANTOS, Shyrlene Bezerra. A Implementação da Lei 10.639/03 nos Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC – Campus Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/221266/PEED1557-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SILVA, Iraneide Soares da. Ações Afirmativas para a População Negra nos Centros Federais de Educação Tecnológica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3132/1/2009_Dis_ISSilva.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

Rosita Camilo de Souza

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo IF Goiano, é bacharela em Administração Pública (2019) e em Ciências Contábeis (2012) pela UEG, além de especialista em Gestão Pública (2016). Atua como Técnica Administrativa em Educação no IF Goiás – Campus Uruaçu.

Rhanya Rafaella Rodrigues

Doutora em Letras e Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia Goiano – *Campus Ceres*.

Mirelle Amaral de São Bernardo

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente, é professora de Inglês/Português no Instituto Federal Goiano – *Campus Ceres*. Coordenadora do programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Endereço para correspondência

Rosita Camilo de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Campus Uruaçu

Rua Formosa, Qd-28/29

Loteamento Santana, 76400-000

Uruaçu, GO, Brasil

Rhanya Rafaella Rodrigues

Mirelle Amaral de São Bernardo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Goiano

Campus Ceres

GO-154, Km 218

Zona Rural, 76300-000

Ceres, GO, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.